

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO --

### Questão 1

No Brasil, durante o período imperial, a incumbência de receber as declarações de propriedade das terras, cujos volumes seriam remetidos para registro na repartição competente, ficava a cargo do

- Ⓐ vigário da respectiva paróquia.
- Ⓑ oficial de registro.
- Ⓒ presidente da respectiva província.
- Ⓓ responsável pela segurança pública do município.
- Ⓔ alcaide.

### Questão 2

Conforme as disposições do Provimento CNJ n.º 149/2023, é dispensada a cobrança de emolumentos para a emissão da apostila em documentos requeridos

- I pelo Ministério das Relações Exteriores.
- II pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações (APEX).
- III pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

### Questão 3

A recusa de um tabelião de protesto em aderir à Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto (CENPROT)

- Ⓐ enseja a responsabilização disciplinar do delegatário.
- Ⓑ consiste em mera faculdade do delegatário.
- Ⓒ enseja intervenção pelo respectivo tribunal de justiça.
- Ⓓ implica responsabilidade civil do delegatário.
- Ⓔ implica responsabilidade penal do delegatário.

### Questão 4

Em fevereiro de 2025, José levou para registro uma escritura de transferência de propriedade de imóvel rural lavrada em dezembro de 1939, ano em que foi editado o Decreto n.º 4.857, posteriormente revogado pela Lei n.º 6.015/1973, que, por sua vez, foi alterada pela Lei n.º 10.267/2001, na qual é previsto o georreferenciamento de imóveis rurais.

Nessa situação hipotética, no que se refere ao conteúdo da escritura, o cartório deverá observar apenas as disposições

- Ⓐ da Lei n.º 6.015/1973 e do Decreto n.º 4.857/1939, no que couber.
- Ⓑ da Lei n.º 10.267/2001.
- Ⓒ da Lei n.º 6.015/1973 e da Lei n.º 10.267/2001.
- Ⓓ da Lei n.º 6.015/1973.
- Ⓔ do Decreto n.º 4.857/1939.

### Questão 5

Conforme o disposto na Lei de Registros Públicos (Lei n.º 6.015/1973), os tabeliães farão com que, nas escrituras, as partes indiquem, com precisão,

- I os característicos dos imóveis.
- II as confrontações dos imóveis.
- III as localizações dos imóveis.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

### Questão 6

Duas escrituras públicas sobre o mesmo imóvel foram lavradas em uma mesma data, tendo sido o horário da lavratura taxativamente anotado no texto de cada uma delas. As escrituras foram levadas a registro no mesmo dia.

Nessa situação hipotética, no que se refere ao processo de registro, o oficial deve

- Ⓐ registrar com prioridade a escritura lavrada em primeiro lugar.
- Ⓑ recusar o registro da escritura prenotada no protocolo sob número de ordem mais alto.
- Ⓒ prenotar a escritura lavrada em segundo lugar no prazo máximo de até doze horas da prenotação da primeira escritura.
- Ⓓ registrar as duas escrituras ao mesmo tempo.
- Ⓔ comunicar o fato ao juiz corregedor, para decisão.

### Questão 7

Suponha que o Brasil, signatário da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (Convenção da Apostila), celebrada em 5/10/1961 em Haia, firme acordo com determinado país para a simplificação do processo de legalização diplomática. Nessa situação, conforme a Resolução CNJ n.º 228/2016, aplicam-se as regras

- Ⓐ tanto da Convenção da Apostila quanto do acordo firmado.
- Ⓑ da Convenção da Apostila ou do acordo, à escolha do interessado.
- Ⓒ somente do acordo firmado, se suas exigências formais forem mais rigorosas que as da Convenção da Apostila.
- Ⓓ somente da Convenção da Apostila.
- Ⓔ somente do acordo firmado, se suas exigências formais forem menos rigorosas que as da Convenção da Apostila.

**Questão 8**

Assinale a opção em que é apresentado, de acordo com as disposições do Provimento CNJ n.º 149/2023, requisito para a lavratura de escritura pública de constituição, alienação ou oneração de direitos reais sobre imóveis.

- Ⓐ menção a cliente inscrito em cadastro de inadimplentes
- Ⓑ indicação de eventual condição de pessoa politicamente exposta
- Ⓒ menção a cliente inscrito no cadastro de pessoas condenadas criminalmente
- Ⓓ descrição do meio de pagamento, não se admitindo pagamento em espécie
- Ⓔ descrição do meio de pagamento, não sendo possível o uso do cheque

**Questão 9**

Assinale a opção correta no que se refere aos títulos passíveis de apresentação para protesto.

- Ⓐ Não se admite para protesto título em moeda estrangeira emitido no Brasil.
- Ⓑ A existência de vício formal em um título não constitui óbice para o registro de seu protesto.
- Ⓒ O pagamento de título emitido em moeda estrangeira, fora do Brasil, será efetuado em moeda corrente nacional, cumprindo ao tabelião sua conversão na data de apresentação do documento para protesto.
- Ⓓ É admissível o protesto de títulos em moeda estrangeira emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado.
- Ⓔ Admite-se o protesto de título emitido em moeda estrangeira, fora do Brasil, desde que registrado em repartição consular.

**Questão 10**

Assinale a opção correta com base nas regras para registro do protesto.

- Ⓐ Emitida e enviada para aceite uma duplicata, se o sacado a reter e não a devolver dentro do prazo legal, o protesto não poderá ser baseado nas indicações da duplicata.
- Ⓑ Apenas o sacado deverá ser apontado como devedor na lavratura do protesto de uma duplicata.
- Ⓒ É possível a retirada do protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.
- Ⓓ O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação.
- Ⓔ Admite-se o registro de protesto por falta de devolução de título vencido.

**Questão 11**

De acordo com o Provimento CNJ n.º 149/2023, o extravio de um livro da serventia deve ser imediatamente comunicado

- Ⓐ à autoridade policial.
- Ⓑ ao juiz corregedor e ao juiz diretor do fórum da comarca.
- Ⓒ ao juiz corregedor competente e à Corregedoria-Geral da Justiça.
- Ⓓ ao juiz diretor do fórum da comarca.
- Ⓔ ao juiz corregedor competente, apenas.

**Questão 12**

Para colher a digital de clientes que moravam em um município sem agência bancária, o representante do banco XZ entrou em contato com o cartório do município para verificar a possibilidade de realização de convênio entre as instituições para a coleta das digitais.

Nessa situação hipotética, a instituição bancária

- Ⓐ pode fazer convênio apenas com tabelionatos de notas, respeitados os requisitos de forma previstos no Código Civil.
- Ⓑ pode fazer convênio com quaisquer tabelionatos.
- Ⓒ pode fazer convênio com tabelionatos e com escritórios de registro civil de títulos e documentos.
- Ⓓ não pode fazer nenhum tipo de contrato ou convênio com cartórios.
- Ⓔ pode fazer convênio apenas com tabelionatos de protesto.

**Questão 13**

Segundo o Código Nacional de Normas (Provimento CNJ n.º 149/2023), o oficial registrador civil de pessoas naturais deve fornecer aos nubentes material informativo para o casamento. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os conteúdos informativos não poderão ser desdobrados por temas, devendo ser agrupados em um único material.
- Ⓑ O acesso ao material informativo pelos pretendentes ao casamento é facultativo, de modo que não constitui requisito ou condição para a habilitação para o matrimônio.
- Ⓒ O material informativo consistirá de manuais, cartilhas e guias rápidos, em meio físico, sendo vedado o fornecimento de informações por meio eletrônico.
- Ⓓ Um dos objetivos dos materiais informativos é prestar aos interessados em se casar as informações jurídicas necessárias à preparação para o casamento, não contemplando informações relativas ao poder familiar sobre os filhos.
- Ⓔ O material informativo poderá ser disponibilizado a qualquer interessado que compareça a uma unidade do serviço de registro civil das pessoas naturais para obter informações sobre o casamento, desde que o interessado tenha, previamente, feito requerimento expresso nesse sentido.

**Questão 14**

A respeito do registro tardio de nascimento ocorrido sem assistência de profissional de saúde, assinale a opção correta.

- Ⓐ A declaração de nascido vivo de criança nascida de parto sem assistência de profissional da saúde ou parteira tradicional deve ser preenchida pelo oficial de registro civil que lavrar o assento de nascimento somente nos casos em que a criança tenha até dois anos de idade.
- Ⓑ O oficial de registro, em até três dias após o registro do nascimento ocorrido fora de maternidade ou estabelecimento hospitalar, deve fornecer ao Ministério Público da comarca os dados da criança e dos pais, bem como o endereço onde ocorreu o nascimento.
- Ⓒ No registro de nascimento de criança com menos de três anos de idade nascida de parto normal sem assistência de profissional da saúde, mas com auxílio de parteira tradicional, a declaração de nascido vivo deverá ser preenchida pelo oficial de registro civil que lavrar o assento de nascimento.
- Ⓓ No registro de nascimento de criança com menos de três anos de idade nascida de parto sem assistência de profissional da saúde ou parteira tradicional, a declaração de nascido vivo deve ser preenchida pelo oficial de registro civil que lavrar o assento de nascimento, sendo desnecessária a assinatura do declarante.
- Ⓔ O ato de registro de nascimento de criança com menos de três anos de idade nascida de parto sem assistência de profissional da saúde ou parteira tradicional, deve ser comunicado ao Ministério Público, com ciência do declarante a esse respeito.

**Questão 15**

Determinada oficiala da marinha em estado grávido embarcou, a serviço do Brasil, em missão de reconhecimento pelo Oceano Índico. Durante a viagem, já em alto-mar, devido a uma complicação na gestação, ela se viu obrigada a dar à luz a criança a bordo do navio, ocasião em que foi totalmente amparada pela equipe médica de plantão.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O fato deve ser imediatamente registrado e comunicado ao Ministério da Defesa e a cartório de registro civil da circunscrição do Distrito Federal.
- B** O nascimento deve ser imediatamente comunicado ao Ministério da Justiça do Brasil, a fim que de este faça o registro nos livros competentes da respectiva circunscrição.
- C** O fato deve ser imediatamente registrado e oportunamente comunicado, por cópia autenticada, ao respectivo ministério, a fim de que, por meio do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, as notas ou as averbações no livro competente da respectiva circunscrição.
- D** A criança deverá ser registrada na primeira cidade que tenha um porto onde o navio possa atracar.
- E** O fato deve ser registrado assim que possível, com comunicação imediata ao Ministério da Marinha, para que este faça o devido encaminhamento ao cartório de registro civil da circunscrição da residência da mãe.

**Questão 16**

De acordo com a Lei n.º 6.015/1973, serão registrados no registro civil das pessoas naturais

- A** sentenças que declararem filiação legítima, interdições, emancipações e casamentos.
- B** nascimentos, óbitos, casamentos e atos judiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos.
- C** opções de nacionalidade, sentenças que deferirem legitimação adotiva e sentenças declaratórias de ausência.
- D** nascimentos, casamentos de que resulte a legitimação de filhos concebidos anteriormente, óbitos e interdições.
- E** casamentos, óbitos, interdições e sentenças que decidirem pela anulação de casamento.

**Questão 17**

Considere que certa criança, ao nascer, tenha respirado por uma fração de segundo, mas falecido instantes após o parto. Essa situação, de acordo com a Lei de Registros Públicos (Lei n.º 6.015/1973), ensejará, necessariamente,

- A** um registro somente no livro A de nascimento, sendo desnecessário o registro no livro C, haja vista o curto tempo de vida da criança.
- B** um único registro no livro C auxiliar, com os elementos que couberem.
- C** dois registros, devendo o do nascimento ser feito no livro A, e o do óbito, no livro C auxiliar, com remissões recíprocas.
- D** dois registros, devendo o do nascimento ser feito no livro A, e o do óbito, no livro C, com remissões recíprocas.
- E** dois registros, devendo o do nascimento ser feito no livro A, e o do óbito, no livro C auxiliar, sem necessidade de remissões recíprocas.

**Questão 18**

De acordo com o Código Nacional de Normas, no caso de a criança nascer morta,

- A** não será possível a averbação do nome se o registro do natimorto tiver sido anteriormente lavrado sem essa informação.
- B** o cadastro de pessoa física (CPF) não será gerado ao natimorto.
- C** o registro do nascimento deve ser realizado no livro A do registro civil competente.
- D** os pais terão direito a atribuir nome ao natimorto e de gerar seu cadastro de pessoa física (CPF).
- E** o registro do nascimento deverá ser realizado no livro C do registro civil competente.

**Questão 19**

Roberto, nascido em certo município no interior do país, após atingir a maioridade civil, procurou o cartório de registro civil de seu município, pois não sabia se a sua certidão de nascimento havia sido feita. O preposto autorizado, ao realizar buscas na serventia em questão, localizou uma folha avulsa com informações a respeito do nascimento de Roberto, mas que estava incompleta.

Na situação hipotética precedente, à luz das disposições do Código Nacional de Normas, o procedimento a ser adotado será o de

- A** ausência.
- B** registro tardio.
- C** suprimimento.
- D** retificação.
- E** restauração.

**Questão 20**

Rosa estava prestes a se casar quando descobriu uma grave moléstia de saúde que logo a impediu de andar, tendo ela ficado acamada. Temendo o pior, seu noivo decidiu adiantar os procedimentos para o casamento.

Na situação hipotética apresentada, de acordo com o Código Civil,

- A** a celebração do casamento poderá ocorrer no local onde Rosa estiver, desde que perante seis testemunhas que saibam ler e escrever.
- B** será necessário que o presidente do ato vá até o local onde Rosa estiver, devendo o casamento ser celebrado durante o dia.
- C** a celebração do casamento poderá ocorrer no local onde Rosa estiver, ainda que durante a noite, perante duas testemunhas que saibam ler e escrever.
- D** caso não haja a presença de oficial de registro civil, o casamento deverá ser postergado.
- E** para que seja possível a celebração do casamento em caráter urgente, deverá haver laudo médico que comprove a moléstia de Rosa.

**Questão 21**

Acerca dos remédios constitucionais, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF.

- Ⓐ O *habeas corpus* não é o meio adequado para preservar a liberdade coletiva de ir e vir.
- Ⓑ O mandado de injunção é meio adequado para a implementação de penalidade pecuniária contra o Congresso Nacional, em decorrência da continuidade de omissão legislativa.
- Ⓒ O *habeas data* somente se presta à retificação de dados quando essa providência não puder ser feita administrativamente.
- Ⓓ Após a sentença concessiva do mandado de segurança, a desistência pelo impetrante está condicionada à aquiescência da autoridade apontada como coatora.
- Ⓔ O *habeas data* é meio adequado e legítimo para a obtenção de vista de processo administrativo no qual o impetrante figure como interessado.

**Questão 22**

A respeito do controle concentrado de constitucionalidade, observada a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ As decisões denegatórias de liminares pleiteadas no âmbito das ações declaratórias de constitucionalidade são dotadas de efeitos vinculantes.
- Ⓑ Os tribunais de justiça estaduais podem exercer o controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos municipais, utilizando como parâmetro todos os preceitos da Constituição Federal.
- Ⓒ O juízo de subsidiariedade que autoriza a propositura da arguição de descumprimento de preceito fundamental não pressupõe a investigação do cabimento de ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- Ⓓ A arguição de descumprimento de preceito fundamental é meio inadequado para o questionamento de leis municipais.
- Ⓔ Admite-se o manejo da arguição de descumprimento de preceito fundamental para o exame da inconstitucionalidade de conduta, comissiva e omissiva, que impeça a produção de efeitos de norma aprovada pelo Congresso Nacional.

**Questão 23**

No que diz respeito à organização político-administrativa dos entes federados, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (CF), é competência comum da União, dos estados e dos municípios

- Ⓐ estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- Ⓑ estabelecer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
- Ⓒ organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
- Ⓓ autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- Ⓔ explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os portos marítimos, fluviais e lacustres.

**Questão 24**

Considerando o disposto na CF e a jurisprudência do STF acerca da ordem econômica e financeira, assinale a opção correta.

- Ⓐ A necessidade de complementação de indenização, no âmbito de processo expropriatório, impõe ao poder público que não estiver em dia com os precatórios o pagamento direto mediante depósito judicial.
- Ⓑ Como regra, o exercício de qualquer atividade econômica depende de autorização do poder público.
- Ⓒ A lei deve reprimir qualquer concentração de mercado, bem como o aumento arbitrário de lucros.
- Ⓓ Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária não poderão negociar os títulos de domínio ou de concessão de uso que receberem.
- Ⓔ A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista prescinde de autorização legislativa e de licitação pública.

**Questão 25**

Em relação à estrutura e às atribuições do Poder Judiciário, assinale a opção correta, observada a jurisprudência do STF.

- Ⓐ A competência do Conselho Nacional de Justiça possui caráter subsidiário no que se refere a matéria disciplinar.
- Ⓑ A proposta de criação de novas varas judiciárias deve ser formalizada pelos tribunais superiores.
- Ⓒ Compete aos estados a criação da justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, que poderão exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional.
- Ⓓ Ao Conselho da Justiça Federal, que funciona, junto ao STF, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, incumbe a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus.
- Ⓔ A competência de justiça estadual é residual, em confronto com a justiça federal.

**Questão 26**

No que concerne ao poder constituinte e à interpretação das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- I A mutação constitucional implica alteração da Constituição, como decorrência de uma mudança jurisprudencial.
- II O procedimento da dupla revisão está relacionado à ideia de alteração/revogação de normas que impedem a revisão/alteração de preceitos constitucionais básicos para, então, viabilizar a supressão desses últimos.
- III A proposta de emenda rejeitada não pode ser repetida na mesma sessão legislativa.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.



**Questão 27**

Assinale a opção correta a respeito da ordem social.

- A** A assistência social prevê a concessão de um salário mínimo de benefício mensal para todas as pessoas com deficiência e todos os idosos.
- B** Apenas excepcionalmente, o texto constitucional admite a criação de benefício ou serviço da seguridade social sem a correspondente fonte de custeio.
- C** As ações e os serviços públicos de saúde devem ser organizados observando-se a diretriz da centralização, com direção única a ser exercida pela União.
- D** A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções a instituições de assistência à saúde que tenham fins lucrativos.
- E** A forma de organização do regime geral de previdência social (RGPS) prevê caráter contributivo, não sinalagmático das contribuições e filiação facultativa.

**Questão 28**

Acerca das limitações ao poder de tributar, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STF.

- A** A União pode tributar, em patamares diferenciados, a renda das obrigações da dívida pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- B** A imunidade tributária religiosa alcança os templos de qualquer culto, mas não suas organizações assistenciais e beneficentes.
- C** É legítimo aos estados, no exercício da competência tributária, condicionarem a concessão de benefício fiscal de redução da carga tributária à origem da industrialização das mercadorias.
- D** As custas, a taxa judiciária e os emolumentos fazem parte da espécie tributária taxas e, portanto, devem obedecer às anterioridades anual e nonagesimal.
- E** A imunidade tributária recíproca não alcança entes com personalidade jurídica de direito privado, em decorrência do princípio da livre concorrência.

**Questão 29**

Com base no disposto na CF, julgue os seguintes itens, relativos a finanças públicas.

- I** O Banco Central está autorizado a conceder empréstimos a órgãos ou entidades desde que não sejam instituições financeiras.
- II** A elaboração e a execução de planos e orçamentos dos entes federados devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.
- III** Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais constitucionalmente previstos devem guiar-se conforme a lei do plano plurianual.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 30**

Julgue os próximos itens, referentes à Constituição do Estado de Rondônia, considerada a jurisprudência do STF.

- I** No processo judicial que versar sobre ato praticado pelo Poder Legislativo, a representação do estado incumbe à Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia.
- II** É inconstitucional preceito da Constituição do Estado de Rondônia segundo o qual compete ao tribunal de justiça do estado processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns, o defensor público geral.
- III** É compatível com a CF norma da Constituição do Estado de Rondônia que estabelece como parâmetro remuneratório máximo dos servidores públicos estaduais o valor integral do subsídio dos ministros do STF.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 31**

A modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns é o(a)

- A** diálogo competitivo.
- B** leilão.
- C** concorrência.
- D** pregão.
- E** concurso.

**Questão 32**

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, pode ser arguida a suspeição, para atuar em processo administrativo, de autoridade ou servidor público que

- A** esteja litigando administrativamente com cônjuge de interessado do processo.
- B** tenha interesse indireto na matéria.
- C** esteja litigando judicialmente com interessado do processo.
- D** tenha amizade íntima com algum dos interessados do processo.
- E** tenha participado como testemunha do processo.

**Questão 33**

Lucas, servidor público civil do estado de Rondônia, ocupante do cargo de assistente administrativo, foi convocado pela justiça eleitoral para prestar serviço nas eleições municipais. No entanto, Lucas não atendeu à convocação, sem apresentar qualquer justificativa.

Na situação hipotética precedente, conforme o regime jurídico dos servidores públicos civis do estado de Rondônia, a conduta de Lucas

- A** acarretará pena de suspensão, a ser imposta pelo secretário de estado.
- B** acarretará pena de repreensão, a ser imposta pelo secretário de estado.
- C** acarretará pena de suspensão, a ser imposta pela sua chefia imediata.
- D** não acarretará sanção disciplinar, por ausência de previsão legal.
- E** acarretará pena de repreensão, a ser imposta pela sua chefia imediata.

**Questão 34**

O retorno do servidor estável ao cargo por ele anteriormente ocupado em face de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo é denominado

- A** aproveitamento.
- B** reintegração.
- C** recondução.
- D** readaptação.
- E** nomeação.

**Questão 35**

À luz da Lei estadual n.º 301/1990, que, entre outras providências, institui o regimento de custas, amplia o acesso à justiça e dispõe sobre a despesa forense no âmbito do estado de Rondônia, assinale a opção correta.

- I É isento do pagamento de despesa forense, custas e emolumentos o réu pobre, nos processos civis e criminais.
- II As custas sobre os atos praticados pelos serventuários dos cartórios não oficializados constituem renda do estado.
- III Os responsáveis pelas serventias extrajudiciais são obrigados a prestar à Corregedoria da Justiça estatística mensal do movimento, discriminando a natureza do documento, o valor e o montante das despesas cobradas, até o 5.º dia útil do mês subsequente ao vencido.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 36**

Assinale a opção correta acerca da legislação tributária segundo o Código Tributário Nacional (CTN).

- A** Convenções internacionais e decretos integram a legislação tributária.
- B** Integram a legislação tributária apenas as leis em sentido estrito.
- C** Portarias e atos normativos expedidos pelos órgãos tributários não integram a legislação tributária.
- D** Tratados internacionais não podem revogar ou modificar a legislação tributária interna.
- E** Atos normativos de autoridade administrativa que versem sobre tributos só podem produzir efeitos em relação aos particulares se forem convertidos em lei.

**Questão 37**

João foi empregado celetista por 11 anos, tendo feito 132 contribuições mensais para a previdência social, sem interrupção. Foi dispensado sem justa causa em 10/1/2023 e registrou o desemprego no órgão competente em 20/1/2023. Desde então, João não voltou a contribuir. Em 5/8/2025, João sofreu acidente grave e requereu benefício por incapacidade temporária.

Com base nessa situação hipotética, considerados os períodos de graça previstos na Lei n.º 8.213/1991 para a manutenção da qualidade de segurado, é correto afirmar que João

- A** mantinha a qualidade de segurado na data do acidente, pois, no caso de demissão sem justa causa, a perda da qualidade de segurado só ocorre após cinco anos.
- B** perdeu a qualidade de segurado 18 meses após a dispensa, pois o período de graça é reduzido no caso de acidente.
- C** mantinha a qualidade de segurado na data do acidente, pois seu período de graça era de 36 meses.
- D** perdeu a qualidade de segurado 12 meses após a dispensa, de acordo com a regra geral.
- E** perdeu a qualidade de segurado 24 meses após a dispensa, uma vez que já havia realizado mais de 120 contribuições.

**Questão 38**

Segundo o CTN, a isenção tributária implica a

- A** remissão da obrigação tributária.
- B** exclusão do crédito tributário.
- C** extinção da obrigação tributária.
- D** suspensão do crédito tributário.
- E** ausência de competência tributária.

**Questão 39**

Assinale a opção em que todos os tributos citados são de competência dos municípios.

- A** contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP), taxa de expediente, IPI e imposto de exportação (IE)
- B** IPTU, ITBI, ISS e contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP)
- C** contribuição de melhoria, ITCMD, taxa de fiscalização de localização e funcionamento, e CIDE-combustíveis
- D** IPTU, ITBI, ICMS e IOF
- E** ISS, taxa de coleta de lixo, IPVA e ITR

**Questão 40**

Maria, proprietária de um imóvel rural com área de 3 módulos fiscais, explorado em regime de economia familiar, não possui nenhum outro imóvel. O referido imóvel rural situa-se no município X, que firmou convênio com a União e passou a fiscalizar e cobrar o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) dos imóveis nele situados.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta a respeito da incidência do ITR, à luz do disposto na CF e na legislação aplicável à matéria.

- Ⓐ A base de cálculo do ITR relativo à propriedade de Maria será o valor venal de referência do IPTU fixado pelo município X.
- Ⓑ Caso Maria pretenda reivindicar a não incidência de ITR sobre sua propriedade, ela deverá comprovar o registro prévio da área no cadastro ambiental rural (CAR).
- Ⓒ A despeito do convênio firmado entre o município X e a União, a fiscalização e a cobrança do ITR relativo à propriedade de Maria permanecem exclusivas da União, cabendo ao município X apenas receber 50% do produto da arrecadação.
- Ⓓ Não incide ITR sobre o imóvel rural em questão, que se configura como pequena gleba rural, explorada por sua proprietária, que não possui outro imóvel.
- Ⓔ A instituição e a cobrança do ITR em relação aos imóveis rurais situados nos domínios municipais, incluindo-se aqueles cuja área não ultrapasse 4 módulos fiscais, são de competência do município, aplicada a legislação municipal.

**Questão 41**

Em 20/8/2024, Carla, na condição de vendedora, e Vitor, na condição de comprador, lavraram escritura pública de compra e venda de um apartamento. Antes disso, em 10/3/2024, houve promessa de compra e venda, com imissão na posse, e, em 15/6/2024, a cessão dos direitos do promitente comprador a Vitor. O registro da escritura no cartório de registro de imóveis (CRI) só ocorreu em 5/9/2024.

Com base na situação hipotética apresentada e na jurisprudência do STJ, assinale a opção correta a respeito do ITBI.

- Ⓐ O município pode, por lei local, tornar o ITBI exigível antes do registro, desde que haja desconto para o pagamento antecipado.
- Ⓑ A cessão de direitos configura fato gerador autônomo do ITBI, ainda que não haja registro imobiliário.
- Ⓒ A escritura pública de 20/8/2024 basta para que se exija o ITBI, sendo o registro um ato meramente declaratório.
- Ⓓ O fato gerador do referido imposto ocorreu na imissão na posse, pois houve a transferência econômica do bem.
- Ⓔ O fato gerador do ITBI ocorreu com o registro do título translativo no CRI.

**Questão 42**

No que concerne à declaração sobre operações imobiliárias (DOI), assinale a opção correta.

- Ⓐ Somente as incorporadoras e construtoras são obrigadas a apresentar DOI, e apenas para operações cujo valor seja superior a R\$ 1.000.000.
- Ⓑ Cada DOI deve corresponder a uma operação imobiliária e ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente ao da anotação, averbação, lavratura, matrícula ou registro da operação.
- Ⓒ A DOI só é exigida para operações imobiliárias realizadas por meio de financiamento bancário, sendo dispensada nos casos de compra de imóveis à vista.
- Ⓓ A DOI deve ser entregue pelos compradores e vendedores à prefeitura até o dia 15 do mês seguinte à operação.
- Ⓔ A DOI é facultativa e serve apenas para atualizar o cadastro do IPTU, não se destinando à Receita Federal do Brasil.

**Questão 43**

A execução das contribuições previdenciárias relativas a uma condenação da justiça do trabalho, na hipótese de reconhecimento do vínculo empregatício pela via judicial, compete à

- Ⓐ justiça comum, mediante provocação da Procuradoria da Fazenda Nacional.
- Ⓑ Receita Federal do Brasil, por provocação da Procuradoria da Fazenda Nacional.
- Ⓒ Procuradoria da Fazenda Nacional, por provocação da Receita Federal do Brasil.
- Ⓓ justiça federal, de ofício.
- Ⓔ justiça do trabalho, de ofício.

**Questão 44**

Um automóvel de passeio, de uso próprio, com placa de Roraima – RO, gozava de isenção de IPVA devido à sua adaptação especial a pessoa com deficiência. Em março de 2025, a adaptação foi desfeita, tendo cessado o motivo da isenção. Um mês depois, o proprietário vendeu o carro a Ana, que não é pessoa com deficiência. Como consta a pendência do IPVA de 2025 no cadastro do veículo, o DETRAN/RO exigiu a quitação do imposto para efetivar a transferência.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta a respeito da cobrança do IPVA de 2025 do veículo em questão, à luz do disposto na Lei estadual n.º 950/2000 (Lei do IPVA de Roraima – RO).

- Ⓐ A partir da venda, o IPVA passa a ser integralmente devido por Ana; contudo, o DETRAN/RO não pode condicionar a transferência do veículo à quitação do tributo devido pelo proprietário anterior.
- Ⓑ Por ter havido isenção anterior, a base de cálculo do IPVA deve ser o valor constante da nota fiscal de origem, sem utilização de tabela de mercado, só podendo a transferência ser feita após o pagamento do imposto.
- Ⓒ Cessado o motivo da isenção, o IPVA é devido proporcionalmente (10/12 avos), contando-se os meses faltantes e incluindo-se o mês do evento, e, sem a quitação do IPVA, o DETRAN/RO não pode transferir a propriedade do veículo.
- Ⓓ Como o fato gerador anual do IPVA ocorre em 1.º de janeiro para veículos já existentes, a cessação da isenção em março não altera em nada o cálculo do exercício de 2025, não sendo, portanto, devido o IPVA.
- Ⓔ A cessação do motivo de isenção em março de 2025 gera IPVA proporcional de 9/12 avos, devendo ser excluído o mês do evento, e o novo adquirente não responde pelos débitos anteriores ao ato de compra.

**Questão 45**

Assinale a opção correta acerca do ITCMD.

- Ⓐ De acordo com a legislação federal, o ITCMD deve ser recolhido após a abertura da sucessão e antes do início do inventário.
- Ⓑ Se decorrente de óbito, o fato gerador do ITCMD ocorre com a abertura da sucessão.
- Ⓒ O ITCMD incide sobre transmissão onerosa *inter vivos* de imóveis.
- Ⓓ O ITCMD só pode ter alíquota fixa, vedada a progressividade.
- Ⓔ O ITCMD é um imposto federal.

**Questão 46**

De acordo com a jurisprudência do STJ, a pretensão de reparação por danos decorrentes do inadimplemento contratual é

- A** acessória em relação à obrigação principal, motivo pelo qual se submete ao mesmo prazo prescricional de dez anos aplicável à pretensão de cumprimento do contrato.
- B** acessória em relação à obrigação principal, motivo pelo qual se submete ao mesmo prazo prescricional de três anos aplicável à pretensão de cumprimento do contrato.
- C** autônoma em relação à obrigação principal, submetendo-se ao prazo prescricional de três anos, enquanto a pretensão de cumprimento do contrato prescreve em dez anos.
- D** autônoma em relação à obrigação principal, sendo ambas submetidas ao prazo prescricional de dez anos.
- E** autônoma em relação à obrigação principal, submetendo-se ao prazo prescricional de dez anos, enquanto a pretensão de cumprimento do contrato prescreve em três anos.

**Questão 47**

Segundo o entendimento do STJ, o pagamento realizado a credor que se apresente como legítimo detentor do crédito é considerado

- A** ineficaz.
- B** nulo.
- C** eficaz, desde que haja, além da aparência de legitimidade, boa-fé objetiva do devedor.
- D** eficaz, desde que haja, além da aparência de legitimidade, boa-fé subjetiva do devedor.
- E** anulável.

**Questão 48**

Conforme o entendimento do STJ, a venda a *non domino*, isto é, realizada por quem não é o legítimo proprietário do bem, é considerada

- A** ineficaz apenas caso o terceiro adquirente esteja de má-fé.
- B** nula, não produzindo efeitos jurídicos, independentemente da boa-fé do adquirente.
- C** válida somente caso o terceiro adquirente esteja de boa-fé.
- D** anulável, independentemente de boa-fé do terceiro adquirente.
- E** válida, ainda que o terceiro adquirente esteja de má-fé.

**Questão 49**

Consoante o entendimento do STJ, a usucapião extraordinária de bem móvel

- A** não exige justo título nem boa-fé, bastando a posse contínua do bem, incontestada e com *animus domini*, pelo prazo de cinco anos.
- B** exige justo título, boa-fé e posse contínua e incontestada do bem pelo prazo de cinco anos.
- C** exige justo título e posse contínua e incontestada do bem pelo prazo de três anos, sendo irrelevante a boa-fé.
- D** exige justo título, boa-fé e posse contínua do bem pelo prazo de três anos, sendo irrelevante o fato de ela ter sido contestada ou não.
- E** não exige justo título, bastando a boa-fé e a posse contínua e incontestada do bem pelo prazo de três anos.

**Questão 50**

Segundo o entendimento do STJ, a responsabilidade civil decorrente de descumprimento de contrato de compromisso de compra e venda

- A** decai em quatro anos.
- B** prescreve em cinco anos.
- C** prescreve em três anos.
- D** prescreve em dez anos.
- E** decai em três anos.

**Questão 51**

Suponha que, em decorrência de ato ilícito, um filho menor de idade proveniente de família de baixa renda tenha falecido. Nesse caso, consoante o entendimento do STJ,

- A** será devida apenas indenização por danos morais, sendo vedado o pagamento de pensão mensal aos genitores do falecido.
- B** será devida pensão mensal aos pais do falecido, dada a presunção absoluta de dependência econômica dos genitores em relação ao filho.
- C** será devida pensão mensal aos pais do falecido, desde que comprovada a dependência econômica dos genitores em relação ao filho.
- D** não será devida pensão mensal aos pais do falecido.
- E** será devida pensão mensal aos pais do falecido, dada a presunção relativa de dependência econômica dos genitores em relação ao filho.

**Questão 52**

Conforme a jurisprudência do STJ, a cobrança, no Brasil, de dívida de jogo contraída em Las Vegas, onde a prática é legal,

- A** é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro apenas caso haja tratado internacional específico que reconheça a executividade das dívidas de jogos contraídas em país estrangeiro.
- B** é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro, por não violar a ordem pública e os bons costumes, sendo a vedação ao enriquecimento sem causa e a boa-fé princípios que justificam a cobrança de dívidas de jogo legalmente contraídas no exterior.
- C** não é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro, por violar a ordem pública e os bons costumes, sendo aplicáveis os princípios da vedação ao enriquecimento sem causa e da boa-fé objetiva.
- D** não é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro, por configurar contravenção penal de exploração de jogos não legalizados.
- E** é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro, ainda que o devedor tivesse participado de jogo não permitido pela legislação estrangeira, bastando que ele tenha manifestado livremente sua vontade.

**Espaço livre**



**Questão 53**

Em assembleia condominial realizada no ano de 2010, foi autorizada a utilização exclusiva de determinada área comum por um condômino, área esta que, embora integrante de área de propriedade comum, era inacessível aos demais condôminos. Desde então, o condômino vem ocupando com exclusividade o espaço, com base na autorização concedida pela assembleia condominial. Além das intervenções de conservação originalmente autorizadas, o condômino realizou modificações estruturais na área, tendo instalado mobília e promovido amplo paisagismo.

A partir dessa situação hipotética e da jurisprudência do STJ, é correto afirmar que a apropriação de área comum de condomínio edilício por condômino para uso privativo

- A** sujeita-se à prescrição aquisitiva por usucapião ordinária.
- B** não se sujeita à aquisição por usucapião, mas impõe ao condomínio o dever de respeitar a utilização da área comum nos limites da autorização assemblear, não podendo retomar a área objeto da permissão sem a demonstração de fato novo, sendo vedado ao condômino realizar reformas ou modificações sem nova deliberação da assembleia.
- C** sujeita-se à prescrição aquisitiva por usucapião extraordinária.
- D** não se sujeita à aquisição por usucapião, mas gera o dever do condomínio de respeitar a utilização da área comum nos limites da autorização assemblear, não podendo retomar a área objeto da permissão sem a demonstração de fato novo, e autoriza o condômino a reformar a área comum sem nova deliberação da assembleia.
- E** não se sujeita à aquisição por usucapião, tampouco gera o dever do condomínio de respeitar a utilização da área comum nos limites da autorização assemblear, podendo retomar a área objeto da permissão independentemente da demonstração de fato novo, mas autoriza o condômino a reformar a área comum sem nova deliberação da assembleia.

**Questão 54**

Conforme o Código Civil e a jurisprudência do STJ, quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, a taxa aplicável será

- A** de 6% ao ano, conforme previsto no Código Civil.
- B** a SELIC, que deve ser utilizada para os juros de mora de forma cumulada com a correção monetária.
- C** a SELIC, que deve ser utilizada para os juros de mora, sem cumulação com correção monetária.
- D** de 1% ao mês, cumulável com correção monetária.
- E** a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil.

**Questão 55**

Conforme a jurisprudência do STJ, o polo passivo da ação de cobrança de débitos condominiais posteriores à imissão do comprador na posse deve ser composto

- A** pelo promitente vendedor apenas quando não houver ciência inequívoca da transação pelo condomínio.
- B** apenas pelo promitente comprador, independentemente de haver ciência inequívoca da transação pelo condomínio.
- C** pelo promitente vendedor e pelo promitente comprador, independentemente de haver ciência inequívoca da transação pelo condomínio.
- D** pelo promitente vendedor e pelo promitente comprador, desde que haja ciência inequívoca da transação pelo condomínio.
- E** apenas pelo promitente vendedor, independentemente de haver ciência inequívoca da transação pelo condomínio.

**Questão 56**

De acordo com a jurisprudência do STJ, as ações que visem à anulação de negócio jurídico celebrado com dolo

- A** não são suscetíveis de confirmação nem convalidam pelo decurso do tempo, por se tratar de negócio jurídico nulo.
- B** sujeitam-se ao prazo decadencial de três anos, contado da data da celebração do ato que se pretenda anular.
- C** sujeitam-se ao prazo prescricional de três anos, contado da data da celebração do ato que se pretenda anular.
- D** sujeitam-se ao prazo decadencial de quatro anos, contado da data da celebração do ato que se pretenda anular.
- E** sujeitam-se ao prazo prescricional de quatro anos, contado da data da celebração do ato que se pretenda anular.

**Questão 57**

Segundo o entendimento do STJ, no caso de simulação do preço em compra e venda de imóvel sob locação, em que o valor declarado na escritura pública é inferior ao efetivamente ajustado entre as partes, o direito de preferência do locatário deve ser exercido com base no valor

- A** médio entre o declarado e o real, de modo a evitar o enriquecimento sem causa de qualquer das partes e a resguardar o equilíbrio contratual.
- B** efetivamente pago pelas partes, ainda que diverso do constante na escritura, pois a boa-fé do locatário prevalece sobre a formalidade registral.
- C** declarado no ato levado a registro, como forma de preservar a segurança jurídica, a boa-fé objetiva e a legítima expectativa gerada pela publicidade do ato.
- D** de mercado, aferido por perícia ou avaliação oficial, pois o preço simulado descaracteriza a manifestação de vontade legítima das partes.
- E** pactuado verbalmente entre as partes, ainda que não conste do instrumento público de compra e venda, uma vez que o locatário tem o direito de adquirir o bem nas mesmas condições da venda real.

**Questão 58**

De acordo com o entendimento do STJ, o termo inicial para a propositura de ação pauliana que tenha por finalidade a anulação de contrato de compromisso de compra e venda é a data

- A** em que o credor teve ciência inequívoca do ato fraudulento, uma vez que o prazo somente pode fluir a partir do momento em que o prejudicado toma conhecimento da lesão ao seu direito.
- B** da inscrição do débito em dívida ativa ou da citação na execução, por ser o momento em que se configura a insolvência do devedor e se evidencia o prejuízo ao credor.
- C** da averbação da transferência definitiva da propriedade, pois apenas nesse instante há a consolidação da alienação e o afastamento do bem do patrimônio do devedor.
- D** do registro dessa avença no cartório imobiliário, momento em que o ato passa a produzir efeitos contra terceiros.
- E** da celebração do compromisso de compra e venda, pois o ato anulável começa a produzir efeitos entre as partes desde o momento da assinatura.

**Questão 59**

De acordo com a Lei n.º 6.015/1973 e a jurisprudência do STJ, a retificação do registro de imóvel

- A** exige a notificação de todos os confrontantes, sendo imprescindível essa providência para a regularidade do procedimento, caso se pretenda alterar a medida perimetral do imóvel.
- B** tem natureza de jurisdição contenciosa, uma vez que envolve, necessariamente, conflito de interesses entre todos os confrontantes e o proprietário que pretende a alteração registral.
- C** serve como forma de aquisição ou aumento de propriedade imobiliária, não se limitando apenas à correção dos assentos existentes no registro de imóveis.
- D** visa, quando proposta pelo procedimento da jurisdição voluntária, apenas à correção na descrição do imóvel; contudo, ainda que não haja impugnação dos demais interessados, não é possível a ampliação da área do imóvel adquirido, mesmo diante de imprecisão, no título aquisitivo, acerca da extensão do bem.
- E** pode ser utilizada para corrigir vícios ou imprecisões do título aquisitivo, inclusive quanto à legitimidade da cadeia dominial, desde que comprovados o justo título e a posse prolongada.

**Questão 60**

Consoante o Código Civil e o entendimento do STJ, o prazo aplicável à ação de ressarcimento fundada em enriquecimento ilícito é

- A** prescricional de três anos, contado da prática do ato pretensamente ilegal.
- B** prescricional de dez anos, contado do conhecimento inequívoco do ato pretensamente ilegal.
- C** prescricional de três anos, contado do conhecimento inequívoco do ato pretensamente ilegal.
- D** decadencial de três anos, contado do conhecimento inequívoco do ato pretensamente ilegal.
- E** prescricional de dez anos, contado da prática do ato pretensamente ilegal.

**Questão 61**

De acordo com o disposto no Código de Processo Civil (CPC), a expedição de mandado de pagamento em procedimento monitorio cujo objeto seja a obrigação de dar quantia certa pode ocorrer

- A** apenas com o trânsito em julgado da sentença.
- B** antes da manifestação da parte ré.
- C** apenas após a prolação de sentença.
- D** apenas após eventual confirmação de sentença pelo tribunal.
- E** apenas após a fase de defesa.

**Questão 62**

No sistema processual brasileiro, em decorrência do princípio ou fenômeno processual conhecido como *translatio iudicii*, uma vez reconhecida a incompetência do juízo, ocorre a remessa dos autos ao juízo indicado como competente,

- A** somente se tiver sido iniciada a fase de instrução do processo porque, caso contrário, o processo será extinto sem resolução do mérito.
- B** com o imediato reconhecimento de nulidade de todos os atos decisórios já produzidos no processo.
- C** preservando-se, salvo decisão em sentido contrário, os efeitos da decisão já proferida até que outra seja proferida, se for o caso, pelo órgão competente.
- D** apenas se a incompetência for relativa, pois, em caso de incompetência absoluta, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito.
- E** sendo vedado o aproveitamento de qualquer ato processual já praticado.

**Questão 63**

Determinado indivíduo impetrou mandado de segurança, de competência originária de tribunal, contra ato da comissão de concurso do tribunal de justiça de determinado estado da Federação em relação ao indeferimento de sua inscrição definitiva em certame para a outorga de delegações de notas e de registro, por não ter apresentado certa certidão exigida no edital do certame. O tribunal de justiça denegou a segurança em acórdão, mantendo o indeferimento da inscrição do candidato.

Nessa situação hipotética, contra a decisão denegatória proferida pelo tribunal de justiça cabe a interposição de

- A** embargos de divergência.
- B** embargos infringentes.
- C** recurso nominado.
- D** recurso ordinário.
- E** recurso especial.

**Questão 64**

De acordo com as regras previstas no CPC em relação ao processo de conhecimento, assinale a opção correta.

- A** A produção de provas pelo réu revel é permitida desde que ele se faça representar no processo em tempo hábil para a prática dos atos processuais necessários à sua realização.
- B** A assistência por advogado ou defensor público na audiência de conciliação é facultativa às partes, sendo possível o comparecimento desacompanhado de representante judicial quando isso facilitar a autocomposição.
- C** O pronunciamento judicial que realiza o julgamento antecipado parcial do mérito possui natureza de sentença e somente pode ser utilizado para reconhecimento de obrigações líquidas.
- D** O saneamento do processo deve ser realizado, impreterivelmente, em audiência, sempre que houver necessidade de produção superveniente de provas.
- E** O réu que, ao alegar sua ilegitimidade, deixar de indicar o sujeito passivo da relação discutida em juízo, quando tiver conhecimento deste, perderá o direito de recorrer de decisão que trate dessa questão processual.

**Questão 65**

Julgue os itens a seguir, relativos ao cumprimento de sentença, ao processo de execução, à ação civil pública e à reclamação.

- I A arguição de incompetência relativa ou absoluta do juízo da execução integra o rol das matérias que podem ser apresentadas pelo executado em sua impugnação.
- II Conforme a jurisprudência do STF, em execução contra a fazenda pública, incide correção monetária no período compreendido entre a data de elaboração do cálculo da requisição de pequeno valor e a de sua expedição para pagamento.
- III De acordo com a jurisprudência do STJ, é manifesta a ilegitimidade ativa do Ministério Público para propor ação civil pública em hipótese que trata de relação de consumo decorrente da prestação de serviços públicos.
- IV A violação de súmula vinculante autoriza a interposição de reclamação mesmo após o trânsito em julgado da decisão reclamada.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

**Questão 66**

Acerca dos tipos de erro no âmbito do direito penal, assinale a opção correta.

- A O erro de tipo acidental exclui a tipicidade do crime.
- B O erro ocasionado por induzimento de terceiro gera responsabilidade penal exclusiva do agente executor da conduta, admitindo-se a imputação ao instigador apenas a título de participação.
- C No erro quanto à pessoa, o agente não é punido pelas circunstâncias ou qualidades da pessoa efetivamente atingida, salvo se ostentar condição de especial proteção penal, hipótese na qual tal circunstância deve ser considerada para fins de tipificação e dosimetria.
- D O erro de tipo sempre exclui a culpabilidade do agente, a menos que recaia sobre elemento acessório do tipo penal, hipótese que enseja apenas a redução da pena em razão da menor reprovabilidade da conduta.
- E Quando inevitável diante das circunstâncias concretas, o erro de proibição isenta de pena o agente, pois revela impossibilidade de consciência da ilicitude, ainda que o fato se mantenha objetivamente típico e antijurídico.

**Questão 67**

De acordo com a doutrina e a jurisprudência majoritárias, no homicídio praticado com arma de fogo irregularmente portada,

- A o crime de porte ilegal não será absorvido, pois sua tipificação penal visa proteger a incolumidade pública, sendo um crime de perigo abstrato independentemente do resultado.
- B configura-se concurso formal entre os crimes de porte ilegal e homicídio, pois a unidade da ação não exclui a autonomia típica de cada delito.
- C o crime de porte ilegal é absorvido pelo de homicídio quando a arma é mero instrumento para a execução, aplicando-se o princípio da consunção.
- D ocorre a absorção do crime de porte pelo de homicídio devido ao princípio da especialidade, uma vez que o crime de homicídio tutela bem jurídico mais relevante.
- E se a intenção do agente for cometer diversos outros crimes, deve ser reconhecida a absorção pelo delito contra a vida, já que o porte funciona como crime-meio para todos os resultados pretendidos.

**Questão 68**

Fábio, funcionário autorizado, obteve vantagem indevida por ter invadido sistema informatizado da administração pública e inserido nele dados falsos, o que comprometeu a integridade do sistema.

Na situação hipotética narrada, segundo o disposto no Código Penal, Fábio cometeu o crime de

- A modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
- B falsidade ideológica.
- C peculato digital, mediante inserção de dados falsos em sistema de informações.
- D invasão de dispositivo informático, sem circunstâncias qualificadoras.
- E violação de sigilo funcional.

**Questão 69**

João foi condenado a 1 ano e 6 meses de reclusão por crime de furto simples cometido em 10/1/2011. A denúncia foi recebida em 15/9/2015 e a sentença condenatória transitou em julgado para a acusação em 20/2/2019. O réu interpôs recurso, julgado apenas em 20/8/2022, tendo sido mantida, definitivamente, a mesma pena. Até a presente data (2025), João ainda não iniciou o cumprimento da pena.

Considerando a situação hipotética apresentada, as disposições do Código Penal e a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A Deve ser reconhecida a prescrição executória, notadamente pelo transcurso de prazo superior a 4 anos entre o trânsito em julgado para a acusação e a presente data, ainda não tendo havido o início da execução da pena imposta.
- B Deve ser reconhecida a prescrição retroativa, dado que transcorreu prazo superior a 4 anos entre a prática do delito e o recebimento da denúncia.
- C Não há que se falar em prescrição, pois o prazo prescricional deve ser calculado pela pena em abstrato do crime, e não pela pena concreta.
- D Não houve prescrição executória uma vez que não transcorreu prazo superior a 4 anos entre o trânsito em julgado para ambas as partes e o início da execução.
- E Deve ser reconhecida a prescrição executória, uma vez que transcorreu prazo superior a 3 anos entre o trânsito em julgado para ambas as partes e a presente data, ainda não tendo havido o início da execução da pena imposta.

**Questão 70**

Assinale a opção correta no que diz respeito aos crimes contra o patrimônio, consoante o previsto no Código Penal.

- Ⓐ Em razão de *novatio legis in melius*, o emprego de arma branca não pode fundamentar a majoração da pena-base na condenação pelo delito de roubo.
- Ⓑ O juiz pode aplicar somente a pena de multa a agente primário que se aproprie de coisa alheia móvel de pequeno valor de que tenha a posse ou detenção.
- Ⓒ É aplicável a causa de aumento da pena relativa ao repouso noturno ao delito de furto ocorrido em uma boate em funcionamento, no período noturno, uma vez que é irrelevante, para a aplicação da majorante, o local de sua ocorrência.
- Ⓓ É cabível a suspensão condicional da pena imposta ao agente que, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.
- Ⓔ É admissível a imposição, em sentença condenatória, de regime inicial fechado ao condenado reincidente da prática delituosa de adulteração da escrituração do livro de registro de duplicatas.

**Questão 71**

No processo penal, a interceptação telefônica é meio de obtenção de prova sujeito a controle judicial. Acerca de sua disciplina e de seus limites constitucionais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A gravação ambiental feita por um dos interlocutores, sem autorização judicial, constitui interceptação ilícita.
- Ⓑ A interceptação telefônica pode ser autorizada para apurar infrações penais punidas com pena máxima de detenção, desde que haja relevância social da investigação.
- Ⓒ É vedada a utilização da interceptação telefônica como meio de prova em ação penal privada subsidiária de ação penal pública.
- Ⓓ A decisão judicial que autoriza esse meio de obtenção de prova deve ser fundamentada e indicar a forma de execução da diligência, que não poderá ter prazo superior a 15 dias, renovável por igual período, se comprovada sua indispensabilidade.
- Ⓔ A interceptação pode ser autorizada pelo Ministério Público, em caráter emergencial, e comunicada ao juiz em 24 horas.

**Questão 72**

Em ação penal por estelionato com três corréus (A, B e C), o juiz declarou extinta a punibilidade de A por prescrição retroativa e determinou o prosseguimento do processo contra B e C. O Ministério Público (MP) não impugnou imediatamente essa decisão. Meses depois, sobreveio sentença condenatória de B e C. Na apelação interposta contra essa sentença, o MP inseriu preliminar para que o tribunal reconhecesse erro no cálculo prescricional e cassasse a decisão que havia beneficiado A. O tribunal não acolheu a preliminar, tendo alegado que a matéria estava preclusa, porque havia recurso próprio a ser manejado à época.

Nessa situação hipotética, a preliminar

- Ⓐ deveria ter sido reconhecida pela aplicação da fungibilidade, já que o Ministério Público poderia optar entre recurso imediato ou diferido para impugnar a mesma decisão interlocutória.
- Ⓑ deveria ter sido reconhecida, por se tratar de matéria de ordem pública cuja cognoscibilidade é ampla em grau recursal, ainda que houvesse cabimento de recurso imediato.
- Ⓒ deveria ter sido reconhecida se o juiz, ao receber a apelação, exercesse retratação sobre a decisão anterior, o que autorizaria o tribunal a reapreciar o tema.
- Ⓓ deveria ter sido reconhecida, pois decisões interlocutórias penais podem ser reexaminadas na apelação, ainda que exista recurso específico previsto em lei.
- Ⓔ não poderia, de fato, ter sido reconhecida, pois, existindo recurso próprio contra a decisão que extingue a punibilidade, a falta de sua interposição impede rediscussão do tema em apelação, por força da preclusão e da unirrecorribilidade.

**Questão 73**

A respeito do regime jurídico da ação penal privada no processo penal brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A renúncia ao direito de queixa em relação a um dos autores do crime aproveita apenas a este, não se estendendo aos demais, por consistir em ato de caráter personalíssimo.
- Ⓑ O perdão tácito e a renúncia tácita exigem manifestação expressa do querelante e aceitação do querelado, sob pena de nulidade do ato e extinção da punibilidade.
- Ⓒ Considera-se perempta a ação penal privada se o querelante deixar de comparecer a qualquer ato processual, ainda que justifique sua ausência, pois a lei não admite exceções à perempção.
- Ⓓ A morte do querelante, quando pessoa física, não acarreta a extinção imediata da ação penal privada, podendo esta prosseguir por qualquer das pessoas legitimadas, desde que o façam dentro do prazo legal.
- Ⓔ O perdão concedido a um dos querelados não se estende aos demais, pois a indivisibilidade da ação penal privada limita-se ao oferecimento da queixa, não alcançando os atos posteriores.



**Questão 74**

Acerca da disciplina do inquérito policial no processo penal brasileiro, assinale a opção correta.

- A** A autoridade policial poderá, de ofício, instaurar inquérito nos crimes de ação privada se houver prova da autoria e da materialidade, comunicando o fato ao Ministério Público.
- B** A autoridade policial assegurará o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, sendo vedada a menção, em atestado de antecedentes, à mera existência de inquérito em curso.
- C** O Ministério Público pode devolver os autos do inquérito à autoridade policial quantas vezes entender necessárias, inclusive para complementação genérica de provas, antes do oferecimento da denúncia.
- D** A autoridade policial pode determinar o arquivamento do inquérito quando entender inexistirem elementos suficientes para o oferecimento da denúncia, cabendo ao Ministério Público apenas ratificar o ato.
- E** Nos crimes de ação pública condicionada, o inquérito policial poderá ser instaurado independentemente da representação da vítima, desde que haja fundadas razões da materialidade e da autoria.

**Questão 75**

Assinale a opção correta com base nas disposições da Lei n.º 7.960/1989 sobre a prisão temporária.

- A** Decorrido o prazo legal da prisão temporária, o preso somente poderá ser posto em liberdade mediante nova decisão judicial, a fim de se evitar liberação indevida por erro material no cômputo do prazo.
- B** A prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz, sempre que este a considerar imprescindível à investigação, dispensada a representação da autoridade policial ou o requerimento do Ministério Público.
- C** O prazo da prisão temporária é de cinco dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão fundamentada, sendo obrigatório que o mandado de prisão indique o dia exato em que o preso deverá ser colocado em liberdade.
- D** A prisão temporária pode ser executada imediatamente após a comunicação da decisão judicial à autoridade policial, sendo dispensável a expedição de mandado, dada a urgência investigatória que caracteriza a medida.
- E** É facultado ao juiz prorrogar o prazo da prisão temporária, de ofício, antes de seu término, sem necessidade de requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, desde que haja indícios suficientes de autoria e materialidade.

**Questão 76**

Acerca da autonomia, das fontes e das características do direito empresarial, assinale a opção correta.

- A** Dado o caráter cosmopolita do direito empresarial, os tratados internacionais, a exemplo da Lei Uniforme de Genebra, são importantes fontes formais subsidiárias do direito empresarial.
- B** Com a edição do Código Civil de 2002, o direito empresarial perdeu autonomia e independência, firmando-se como um ramo do direito civil.
- C** O caráter informal do direito empresarial decorre de sua subdivisão em sub-ramos com características específicas, a exemplo do direito falimentar, direito cambiário, direito societário e direito de propriedade industrial.
- D** A característica fragmentária do direito empresarial decorre do dinamismo da atividade empresarial, que exige meios ágeis e flexíveis para a realização e a difusão das práticas mercantis.
- E** A autonomia do direito empresarial assenta-se na disciplina especial dos direitos e das obrigações de ordem privada concernentes às atividades organizadas dos agentes econômicos.

**Questão 77**

No que diz respeito à teoria dos atos de comércio e à teoria da empresa, julgue os itens a seguir.

- I** Segundo a teoria dos atos de comércio, de origem doutrinária francesa, atribui-se a quem pratique os denominados atos de comércio a qualidade de comerciante, pressuposto para a aplicação das normas comerciais.
- II** O Código Comercial de 1850, assim como a grande maioria dos códigos editados nos anos 1800, baseava-se na teoria francesa dos atos de comércio, por influência da codificação napoleônica.
- III** O Código Civil de 2002 completou a transição do direito comercial brasileiro, tendo abandonado a teoria francesa dos atos de comércio e adotado a teoria italiana da empresa.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 78**

Assinale a opção em que é corretamente apresentada a expressão do conceito de empresário que demonstra a abrangência da teoria da empresa, em contraposição à antiga teoria dos atos de comércio.

- A** organização
- B** atividade econômica organizada
- C** produção ou circulação de bens ou serviços
- D** profissionalismo
- E** atividade econômica

**Questão 79**

Assinale a opção correta em relação às sociedades em comandita simples e por ações.

- Ⓐ Na sociedade em comandita por ações, a assembleia geral pode, independentemente do consentimento dos diretores ou gerentes, mudar o objeto essencial da sociedade.
- Ⓑ Na sociedade em comandita simples, o sócio comanditário é obrigado à reposição de lucros ainda que recebidos de boa-fé e de acordo com o balanço.
- Ⓒ Na sociedade em comandita por ações, os diretores ou gerentes serão nomeados para mandatos com duração de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.
- Ⓓ Na sociedade em comandita por ações, os sócios comanditados são obrigados somente pelo valor de sua quota.
- Ⓔ Na sociedade em comandita simples, o sócio comanditário não pode praticar ato de gestão, sob pena de ficar sujeito às responsabilidades de sócio comanditado.

**Questão 80**

No que diz respeito ao registro do empresário e da sociedade empresária, assinale a opção correta.

- Ⓐ A inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis da respectiva sede é facultativa até o final do primeiro exercício social.
- Ⓑ Os documentos necessários ao registro, caso apresentados até sessenta dias contados de sua elaboração, produzirão efeitos retroativos à data da lavratura dos respectivos atos.
- Ⓒ O anúncio de convocação da assembleia de sócios deverá ser publicado por três vezes e conter prazo entre as publicações de, no mínimo, oito dias.
- Ⓓ O ato sujeito a registro, ressalvadas disposições especiais da lei, não pode, antes do cumprimento das respectivas formalidades, ser oposto a terceiro, salvo prova de que este o conhecia.
- Ⓔ O anúncio de convocação da assembleia de sócios deverá ser publicado por, pelo menos, duas vezes.

**Questão 81**

Considerando as disposições da Lei Complementar n.º 123/2006 relativas à inscrição e à baixa de microempresa (ME) e de empresa de pequeno porte (EPP), assinale a opção correta.

- Ⓐ Aos empresários e às pessoas jurídicas será assegurada a criação de base de dados nacional cadastral única de empresas.
- Ⓑ O registro dos atos constitutivos referentes a empresários e pessoas jurídicas, em qualquer órgão das três esferas de governo, depende da comprovação da regularidade tributária.
- Ⓒ A solicitação de baixa da pessoa jurídica importa responsabilidade subsidiária dos sócios e administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.
- Ⓓ O agricultor familiar, definido conforme exigências legais, seja ele pessoa física ou jurídica, está isento da fiscalização da vigilância sanitária.
- Ⓔ Em caso de fraude no registro de microempreendedor individual feito por terceiros, o pedido de baixa deve ser feito de forma presencial.

**Questão 82**

Assinale a opção correta em relação aos prepostos do empresário.

- Ⓐ O preposto gerente não pode estar em juízo em nome do preponente, ainda que pelas obrigações resultantes do exercício da sua função.
- Ⓑ O preposto pode delegar a terceiros, com reservas, os poderes a ele conferidos, diante de omissão, nesse sentido, no documento de preposição.
- Ⓒ O preposto que fizer concorrência, ainda que indireta, ao seu preponente, sem expressa autorização no documento de preposição, responderá por perdas e danos.
- Ⓓ O preponente é responsável pelos atos praticados por preposto relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito e fora de seu estabelecimento.
- Ⓔ No exercício de suas funções, o preposto contabilista é solidariamente responsável pelos atos praticados com culpa ou dolo.

**Questão 83**

No que se refere à adoção de firma ou denominação pelas sociedades, assinale a opção correta.

- Ⓐ A sociedade simples somente pode adotar firma como nome empresarial.
- Ⓑ A sociedade limitada pode adotar firma ou denominação integrada pela palavra final **limitada** ou por sua abreviatura.
- Ⓒ A sociedade em comandita por ações pode adotar denominação, caso em que é obrigatória a designação do objeto social, ou firma.
- Ⓓ A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação, uma vez que não possui personalidade jurídica própria.
- Ⓔ A sociedade anônima opera obrigatoriamente sob denominação designativa do objeto social, integrada pelas expressões **sociedade anônima** ou **companhia**.

**Questão 84**

Assinale a opção correta no que concerne aos bens protegidos pelo direito de propriedade industrial.

- Ⓐ A marca é protegida mediante concessão de patente e instrumentalizada por meio da respectiva carta-patente.
- Ⓑ O desenho industrial é protegido mediante concessão de patente e instrumentalizado por meio da respectiva carta-patente.
- Ⓒ O direito de propriedade industrial reprime as falsas indicações geográficas e a concorrência desleal.
- Ⓓ A invenção é protegida mediante concessão do registro e instrumentalizada por meio do respectivo certificado de registro.
- Ⓔ O modelo de utilidade é protegido mediante a concessão do registro e instrumentalizado por meio do respectivo certificado de registro.

**Questão 85**

Em relação aos procedimentos do pedido de patente, assinale a opção correta.

- Ⓐ A invenção ou o modelo de utilidade pertence exclusivamente ao empregado, sem vinculação com o contrato de trabalho, mesmo que decorra da utilização de instalações ou equipamentos do empregador.
- Ⓑ Caso dois autores realizem, de forma independente, a mesma invenção ou modelo de utilidade, o direito de obter patente será assegurado aos dois.
- Ⓒ A invenção ou o modelo de utilidade pertence exclusivamente ao empregador quando decorrer de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e resulte da natureza dos serviços para os quais o empregado foi contratado.
- Ⓓ O pedido de patente é personalíssimo e só pode ser feito ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) pelo autor da invenção ou do modelo de utilidade.
- Ⓔ Quando se tratar de invenção ou de modelo de utilidade realizado conjuntamente por duas ou mais pessoas, a patente somente poderá ser requerida por todas elas.

**Questão 86**

Assinale a opção correta referente às invenções e aos modelos de utilidade patenteáveis.

- Ⓐ Não são patenteáveis os microrganismos transgênicos, ainda que atendam aos três requisitos de patenteabilidade, a saber: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- Ⓑ Teorias científicas e métodos matemáticos são considerados modelos de utilidade decorrentes da atividade criativa humana, passíveis, portanto, de patenteamento.
- Ⓒ A invenção e o modelo de utilidade são considerados novos quando não tornados acessíveis ao público antes da data de depósito do pedido de patente.
- Ⓓ A invenção é dotada de atividade inventiva sempre que, para uma pessoa comum, com padrão de conduta, diligência e prudência esperados, não decorra, de maneira evidente ou óbvia, do estado da técnica.
- Ⓔ A reivindicação do pedido de prioridade deverá ser feita em até sessenta dias contados do ato do depósito do pedido de patente.

**Questão 87**

No que diz respeito a requerentes, vigência, perda dos direitos e nulidade do registro de marca, assinale a opção correta.

- Ⓐ A declaração de nulidade da marca produzirá efeito a partir da publicidade da decisão que declarou a nulidade.
- Ⓑ É vedado às pessoas jurídicas de direito público requerer registro de marca.
- Ⓒ O titular da marca poderá impedir que comerciantes utilizem sinais distintivos que lhes são próprios, juntamente com a marca do produto, na sua promoção e comercialização.
- Ⓓ Extingue-se o direito de marca de pessoa domiciliada no exterior em caso de não constituição e manutenção de procurador devidamente qualificado e domiciliado no Brasil, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente.
- Ⓔ O pedido de prorrogação do registro de marca deverá ser formulado durante o último ano de vigência do registro, sob pena de perda do registro.

**Questão 88**

Assinale a opção correta de acordo com as disposições gerais acerca da falência.

- Ⓐ Os pedidos de falência estão sujeitos a distribuição obrigatória, respeitada a ordem de apresentação, e as ações que devam ser propostas no juízo da falência estão sujeitas a distribuição por dependência.
- Ⓑ Os créditos remanescentes da recuperação judicial estão automaticamente habilitados, mesmo que não definitivamente incluídos no quadro-geral de credores.
- Ⓒ O prazo de prescrição da ação de responsabilização pessoal dos sócios de responsabilidade limitada é de cinco anos, contados do trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência.
- Ⓓ O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, sem qualquer restrição ou preferência.
- Ⓔ A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios, independentemente do grau de responsabilidade de cada um deles.

**Questão 89**

Acerca das disposições comuns relativas à falência e à recuperação judicial, assinale a opção correta.

- Ⓐ Da decisão judicial acerca da impugnação de créditos caberá recurso de apelação com efeito suspensivo.
- Ⓑ A verificação dos créditos será realizada pelo juiz com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores.
- Ⓒ A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica a suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime da Lei n.º 11.101/2005.
- Ⓓ A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica a suspensão das execuções ajuizadas que demandarem quantia ilíquida, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência.
- Ⓔ O processamento da recuperação judicial ou a decretação da falência autoriza o administrador judicial a recusar a eficácia da convenção de arbitragem.

**Questão 90**

No âmbito da recuperação judicial e da falência, conforme previsão expressa da Lei n.º 11.101/2005, compete ao administrador judicial

- Ⓐ fiscalizar a execução do plano de recuperação judicial.
- Ⓑ elaborar a relação de credores.
- Ⓒ fiscalizar as atividades do comitê de gestores.
- Ⓓ comunicar ao juiz violação dos direitos ou prejuízo aos interesses dos credores.
- Ⓔ apurar e emitir parecer sobre quaisquer reclamações dos interessados.

### Questão 91

Assinale a opção correta acerca do sistema metroviário.

- A A maior malha de trilhos do país, composta por metrô e veículo leve sobre trilho, está localizada na cidade do Rio de Janeiro e na sua região metropolitana.
- B Todos os sistemas de transporte sobre trilhos no Brasil (metrô e veículo leve sobre trilho) estão inseridos em programas de políticas públicas de transporte urbano gerenciados por empresas privadas através de concessões públicas.
- C Os sistemas de transporte sobre trilhos, como metrô, trens urbanos e veículos leves sobre trilhos, classificados como transporte público de massa, são relevantes em áreas urbanas densas e com grande contingente populacional, como as metrópoles.
- D O impacto ambiental das obras dos sistemas metroviários decorrente de demolições de grandes áreas e o uso de óleo diesel como combustível para a movimentação dos trens dos metrô são desafios a serem superados pelos governos das cidades que contam com esse tipo de transporte.
- E A alta eficiência no transporte de passageiros e o baixo custo da implantação de metrô e veículos leves sobre trilhos justificam o uso desses sistemas de transporte público em cidades de grande e médio porte.

### Questão 92

No Brasil e no mundo, são elevados os índices de crimes digitais praticados por meio de computadores, redes ou dispositivos conectados e *smartphones*, por exemplo. A respeito dessa temática, assinale a opção correta.

- A Há, na legislação brasileira, leis que protegem as vítimas dos chamados crimes contra a honra em ambientes virtuais, como difamação, calúnia, injúria e injúria preconceituosa, todos eles com alta capacidade lesiva e ampla disseminação.
- B A tentativa de roubo ou de obtenção de informações pessoais, senhas, dados financeiros e de cartões de crédito por meio de *emails*, mensagens falsas ou invasão de dispositivos é denominada *ransomware*, crime cibernético classificado como furto simples.
- C A invasão de um dispositivo individual ou de uma rede cibernética para a obtenção ou modificação de dados é classificada como furto simples.
- D O roubo de identidade, um dos crimes mais comuns nas fraudes cibernéticas, é facilitado, no Brasil, pela ausência de legislação específica de proteção de dados.
- E A extorsão virtual, também chamada de *phishing* e caracterizada como perseguição virtual ou invasão de privacidade, gera medo, desconforto e sofrimento mental na vítima.

### Questão 93

No Brasil, o Ministério da Saúde, com apoio dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, promove anualmente campanha de vacinação contra

- A a febre tifoide.
- B o vírus HIV.
- C o vírus *influenza*.
- D o vírus ebola.
- E a varíola do macaco (M. pox).

### Questão 94

Os últimos dados apurados pela Fundação João Pinheiro indicam que o déficit habitacional brasileiro é de 5,9 milhões — número 4,8% inferior ao divulgado em 2022, que foi de 6,2 milhões.

Agência Câmara de Notícias, 2025 (com adaptações).

Tendo como referência inicial as informações apresentadas sobre o déficit habitacional no Brasil, assinale a opção correta.

- A A legislação brasileira urbanística e ambiental e a eliminação da burocracia na aprovação de projetos habitacionais têm facilitado a expansão de áreas urbanas para moradia popular, ainda que os altos custos de construção e a elevada inadimplência prejudiquem a oferta de moradia.
- B A dificuldade de comprovação de renda para a compra ou o aluguel de imóveis induz a falta de acessibilidade financeira à moradia em setores da população com menor renda e da que vive do trabalho informal.
- C A redução do ritmo de crescimento demográfico no país tem provocado a diminuição da demanda por moradia nas metrópoles, a despeito dos altos índices de déficit habitacional ainda verificados nessas cidades.
- D Instituições bancárias têm proporcionado à população brasileira de baixa renda linhas de crédito de baixo custo, o que lhe possibilita o acesso à moradia, embora a oferta de moradia não acompanhe o aumento da demanda.
- E A ausência de políticas públicas de acesso à moradia digna e de custo acessível tem aumentado os índices de déficit habitacional no país.

### Questão 95

O desenvolvimento sustentável possibilita a geração de riquezas, a proteção ao meio ambiente, a preservação e o uso racional dos recursos naturais, gerando emprego, renda e justiça social. Em relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- A A coleta seletiva consiste em uma política sustentável de reciclagem de lixo e materiais descartados em lixões e aterros sanitários, tais como resíduos sólidos e líquidos de diversas origens.
- B A reciclagem do alumínio, matéria prima de embalagens metálicas como latas de refrigerante e cerveja, alcança no Brasil índices elevados de reúso, possíveis pela atuação de uma extensa rede de catadores, compradores e empresas que coletam, compram e reutilizam o alumínio para novas embalagens.
- C Os resíduos domiciliares a serem reaproveitados por meio da reciclagem são classificados a partir de diversas fontes, tais como residências e atividades rurais.
- D A reciclagem do plástico, a despeito do baixo custo da matéria-prima, ainda é pequena no país e não configura um problema ambiental a ser considerado na formulação de políticas públicas ambientais.
- E Os resíduos gerados nos serviços de saúde não devem ser reciclados em nenhuma hipótese, ainda que não estejam contaminados ou não apresentem risco biológico, químico ou radiológico.



**Questão 96**

De acordo com a jurisprudência do STF relativa ao direito notarial e registral, julgue os itens a seguir.

- I Os substitutos ou interinos designados para o exercício de função delegada se equiparam aos titulares de serventias extrajudiciais, razão pela qual não se aplica a eles o teto remuneratório previsto no texto constitucional.
- II A criação, extinção e ordenação de serventias extrajudiciais podem ser promovidas por resolução de tribunal de justiça, não dependendo de lei em sentido formal.
- III A substituição de notário ou registrador por preposto indicado pelo titular da respectiva serventia extrajudicial não deve ocorrer de forma ininterrupta por períodos maiores que seis meses.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 97**

À luz das disposições da Lei n.º 8.935/1994 referentes aos serviços notariais e de registros, assinale a opção correta.

- A A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro não exige nacionalidade brasileira.
- B É vedado aos notários e aos registradores organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar.
- C A perda da delegação somente será cabível no caso de sentença judicial transitada em julgado.
- D No concurso de remoção, somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade há mais de dois anos.
- E O exercício da atividade notarial e de registro é compatível com o da advocacia.

**Questão 98**

Com base no que dispõe a Lei de Registros Públicos, assinale a opção correta, observando a jurisprudência do STF.

- A A desconstituição da alteração imotivada de prenome, quando requerida por pessoa registrada maior de idade, pode ser realizada independentemente de decisão judicial.
- B Os indígenas, integrados ou não, estão obrigados à inscrição do nascimento, que poderá ser feita em livro próprio do órgão federal de assistência aos indígenas.
- C A omissão do nome do pai é motivo para recusa da Declaração de Nascido Vivo por parte do registrador civil das pessoas naturais.
- D A convivência em união estável, ainda que devidamente registrada, não admite alterar os sobrenomes nas mesmas hipóteses previstas para as pessoas casadas.
- E No caso de o Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais querer prestar outros serviços remunerados, conexos aos seus serviços típicos, será necessária prévia homologação pelo Poder Judiciário.

**Questão 99**

A respeito da disciplina atinente ao protesto de títulos e outros documentos de dívida, assinale a opção correta, em conformidade com a Lei n.º 9.492/1997.

- A A Lei n.º 9.492/1997 admite que se tire protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.
- B Títulos e documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, não podem ser protestados.
- C A sustação judicial do protesto de determinado título de dívida não impede que este último seja pago, independentemente de autorização judicial nesse sentido.
- D Para fins de cancelamento do registro, no caso de protesto em que tenha figurado apresentante por endosso-mandato, basta a declaração de anuência passada pelo credor endossante.
- E O cancelamento do registro do protesto somente pode ser realizado pelo tabelião titular ou por seus substitutos.

**Questão 100**

Com base no que dispõe o Provimento CNJ n.º 149/2023, que instituiu o Código Nacional de Normas relativas aos serviços notariais e de registro, assinale a opção correta.

- A Conforme o princípio da continuidade dos serviços públicos, a extinção da delegação não implica, em regra, extinção dos contratos de trabalho firmados pelo anterior delegatário.
- B A revogação da designação de interino, no caso de quebra de confiança, deve ser realizada por meio de processo administrativo com ampla defesa e contraditório.
- C O notário ou o registrador que exercer mandato eletivo não terá direito à percepção integral dos emolumentos gerados em decorrência da atividade notarial/registral que lhe foi delegada.
- D No âmbito do registro de imóveis, os pedidos de certidão, de busca e de informações apresentados em bloco, quando instruídos com a numeração dos atos a serem certificados, não dependem de identificação do requerente e indicação da finalidade.
- E A escritura pública de constituição, alienação ou oneração de direitos reais sobre imóveis deve indicar a eventual existência de condição de pessoa politicamente exposta de cliente ou usuário ou de outros envolvidos no mesmo contexto.